Grupo Parlamentar
Bloco de Esquerda
Açores

Deputado Zuraida Soares – Declaração Política

Plenário de Maio 2011

Venho falar-vos de inevitabilidades mas, sobretudo, de escolhas e de democracia.

PS, PSD e CDS tudo fazem para obrigar os/as portugueses/as a aceitar o verdadeiro programa eleitoral comum aos três partidos, isto é, o programa da troika.

Horas e horas de ocupação dos canais televisivos e outros meios de comunicação social, com o único intuito de chantagear o povo português: "ou aceitam o programa que nós três assinámos ou é o fim".

O tal programa que enviará o País para a recessão económica durante, pelo menos, dois anos e, por via disso, impedindo-o de ter condições para diminuir a dívida. Resultado? Esta só pode aumentar.

O tal programa que, segundo o governo socialista, vai criar mais 150.000 novos desempregado/as, a somar ao perto de 1 milhão já existentes, se tivermos em conta o desemprego real.

O tal programa que vai congelar – logo, diminuir - pensões e salários, pelo menos, durante três anos.

O tal programa que diminui, ainda mais, os apoios sociais.

O tal programa que diminui, em 400 milhões, os recursos à educação pública e em 1.700 milhões à saúde pública, nos próximos dois anos.

O tal programa que fere de morte a segurança social.

O tal programa que privatiza, em dose industrial e defende a Banca para o festim do capital financeiro.

É este o programa comum ao PS, PSD e CDS. Este é que é o verdadeiro programa eleitoral destes três partidos, claramente detalhado, calendarizado e fiscalizado.

Além da chantagem, estes partidos lançam sobre o povo um enorme embuste: a farsa dos seus próprios programas eleitorais.

Na verdade, esta campanha eleitoral vai ficar para a história como a campanha da chantagem e da farsa.

Este programa de tragédia para o povo português é-o, ainda mais, para os Açorianos e Açorianas, pois, para além das medidas gerais, os Açores serão penalizados de forma particular.

As transferências para a Região, seja no plano local, seja no plano regional, vão sofrer novos cortes, cujos montantes só em Outubro/Novembro de 2011, serão conhecidos.

Os impostos de IRS, IRC e IVA vão aumentar, para já, 10%.

A Lei de Finanças Regionais vai ser revista, Lei esta que os partidos da troika, nos Açores, afirmavam, que só por cima do seu cadáver seria alterada contra os Açores. Já aceitaram.

A privatização da ANA vai acarretar novos e maiores problemas para os 4 aeroportos que esta gere, na Região, pois todos eles são deficitários. Quem vai pagar a factura? Os Açorianos e Açorianas, já se sabe.

Com uma recessão de, pelo menos, dois anos, no País, a Região vai ter a sua economia mais prejudicada, pois o nosso principal parceiro é o Continente. Isto só pode quer dizer mais desemprego, mais famílias em desespero, mais precariedade, mais jovens a ir embora, mais emigração de conhecimento e de qualificação.

Defesa dos Açores, acima de tudo! - propalam os dirigentes dos partidos da troika, nesta Câmara, de forma inflamada, a cada dia que passa.

Está na hora de o fazerem, de facto, mas lamentavelmente, todos correram a Lisboa a vergarem-se aos directórios nacionais, a assumirem a defesa desta imposição negativa para o País e a voltarem para os Açores, com justificações retóricas e vazias de conteúdo.

À chantagem e à farsa junta-se, nos Açores, a retórica.

Há um ano, Carlos César, ao lado de Manuel Alegre, proclamava - e bem! -, perante os desmandos de José Sócrates contra o Serviço Nacional de Saúde, que o verdadeiro espírito socialista estava vivo nos Açores, pois cá não havia taxas moderadoras. Agora, vai implementá-las. Que foi que aconteceu, Senhor Presidente? Perdeu-se o ímpeto socialista, na nossa Região? É bem possível, se a isto juntarmos a afirmação de que o chamado 'acordo' com a troika é um bom acordo para o País, podia ser pior para os Açores, que só (sublinho, só) vão perder 20 milhões de euros, no próximo ano e de que a Lei de Finanças Regionais permanece inalterável.

Das duas uma: - ou o Senhor Presidente do Governo Regional foi enganado pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, ou está a tentar enganar os Açorianos e Açorianas.

Ao mesmo tempo, Berta Cabral, num desvario de promessas, compromete-se com o indefensável: - privatiza-se a ANA? Não há problema, os 4 aeroportos estão protegidos. Como? Ninguém sabe. Privatiza-se a RTP? Viva! Há muito que o devia ter sido. Mas, atenção, nos Açores, o serviço público continua. Como? Ninguém sabe.

E a cereja em cima do bolo do desplante é a afirmação de que o Acordo da Base das Lajes vai passar a ter contrapartidas para os Açores.

Quando a administração norte-americana faz um corte nas despesas militares e desiste do campo de treinos, nos Açores, por razões económicas, vai passar a pagar as contrapartidas que, em tempos de vacas gordas nunca pagou?!

Só pode haver uma explicação: o PSD/Açores pensa que todos os outros são destituídos de inteligência.

Finalmente, Artur Lima, defensor acérrimo dos mais idosos (que são, de facto, os mais pobres entre os pobres), apoia um acordo assinado pelo seu líder nacional que diz, preto no branco, que as pensões vão diminuir.

Mais palavras para quê? É a campanha eleitoral, nas estradas açorianas...

Os Partidos da troika, nos Açores, já desistiram dos Açores, aliás, na mesma linha dos seus directórios nacionais. Trocaram a defesa do País pelas rendas do capital financeiro e dos bancos.

Um milhão de desempregados/as não é nada, desde que a Senhora Merkel esteja satisfeita e garanta vitórias nas eleições domésticas.

Por nós, Bloco de Esquerda, não desistimos. Por isso, apresentamos uma alternativa de Esquerda, perante a difícil situação em que o País foi colocado.

Defendemos justiça na economia para respeitar e dignificar as pessoas; defendemos o emprego para garantirmos o desenvolvimento. Porque, sim, queremos pagar a dívida, a nossa, não a da agiotagem e da corrupção.

Por isso, não temos que dizer uma coisa em Lisboa e outra nos Açores. Somos coerentes, em qualquer coordenada geográfica. Os/as Açorianos/as sabem que não contam connosco para chantagens sobre o povo, nem para malabarismos políticos eleitorais.

Horta, 18 de Maio de 2011